



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
"Casa de Eptácio Pessoa"

Comissão Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência



ATA



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 300/2023 – DO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA – DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (LDO 2024), DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2023.

Às nove horas do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e três, realizada através de sessão presencial na Câmara Municipal de João Pessoa, sob a Presidência do Deputado Jutay Meneses, ocorreu audiência pública da Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência, para discutir o projeto de Lei nº 300/2023 – do Governador do Estado da Paraíba – Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 e dá outras providências (LDO 2024). "Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano" o Senhor Presidente declarou aberta a sessão, e convidou para compor a mesa os deputados George Morais, secretário, Branco Mendes, relator da LDO, Luciano Cartaxo, Sr. Gilmar Martins, Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Antônio Hortênsio, Procurador Geral do MPPB,

Sra. Madalena Abrantes, Defensora Pública, Dra. Isabel Nóbrega, representando o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, Sr. Luzimar Martins, representando o presidente do Tribunal de Contas. Logo após, foi pedido um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da covid-19. Foi feita a leitura do expediente em mesa, onde constava a justificativa de ausência do deputado Adriano Galdino. Foram registradas as seguintes presenças, Sr. Gilberto Rodrigues, Sra. Suana Melo, Sr. Gustavo Ferto, Sr. João Ramalho, Sr. José Claudio Fidelis, Sra. Kelina Rocha, Sra. Cristina Vasconcelos, Sr. Vinícius Cesário, Sr. Vancarder Brito, Sr. José Elber Tavares, Sr. Everton Sena, Dra. Isabel Nóbrega, Sr. Luzimar Martins, Sr. Wilson Santana, Sr. José Sérgio, Sr. José Ivonaldo, Sra. Alessandra Andrade. O secretário Gilmar Martins realizou a apresentação sobre a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária, onde constam as prioridades e metas da Administração Pública Estadual; a estrutura e a organização dos orçamentos; as diretrizes gerais, as orientações e os critérios para a elaboração e a execução dos orçamentos; as disposições sobre as alterações na legislação tributária; as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos; as disposições relativas a dívida pública estadual; as políticas de fomento; as disposições gerais; afirmou que anteciparam a elaboração Plano Plurianual, esclareceu que o orçamento é subdividido em Fiscal, Seguridade Social e Investimentos, esclareceu que a Lei Orçamentária Anual conterá a cotação consignada à reserva de contingência equivalente até 1% da receita corrente líquida, e 0,7% da mesma receita para a Cobertura de Emendas Parlamentares, salientou que 50% da verba das emendas parlamentares deve ser destinada a saúde, apresentou uma projeção do duodécimo dos poderes e disse que o mesmo é reajustado baseado no IPCA, informou que as despesas com juros, amortização e encargos da dívida pública devem estar contidos na LDO, o prazo para encaminhamento à Assembleia é 30 de setembro do corrente ano, afirmou que a sociedade pode ter acesso à Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual através do Portal da Transparência do Governo do Estado, apresentou as metas fiscais para o exercício de 2024, 2025, 2026, agradeceu a oportunidade de esclarecer um pouco sobre a elaboração de uma LDO. O deputado Branco Mendes, afirmou que estão acompanhando todos os prazos da comissão, falou da relevância em discutir com todos os segmentos da sociedade a

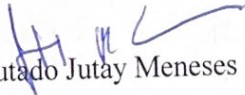
elaboração da peça orçamentária de 2024, parabenizou o trabalho do secretário Gilmar. Prosseguindo o Sr. Antônio Hortênsio realizou os cumprimentos de praxe, evidenciou o bom trabalho desempenhado pelo Governo do Estado em possibilitar essas discussões, afirmou que talvez o IPCA não seja o melhor índice para ser aplicado no reajuste dos poderes esse ano, colocou o Ministério Público à disposição para essas discussões. A Dra. Madalena Abrantes, cumprimentou a todos os presentes, salientou que nos dias de hoje existe diálogo por parte do governo, mostrou alguns dados estatísticos que mostram o número de processos que cada defensor público tem sob sua responsabilidade e todos os trabalhos desenvolvidos pela categoria, afirmou que estão com déficit no número de defensores e mesmo tendo sido realizado concurso público no ano passado, o órgão não tem recurso para realizar as nomeações, pois tem o menor duodécimo entre os poderes. Em seguida o Sr. Presidente passou a palavra para o Deputado Luciano Cartaxo, onde em tribuna, saudou a todos, teceu elogios para atuação da comissão de orçamento, lembrou que o trabalho está sendo levado para toda a Paraíba, de modo que o poder legislativo municipal tenha mais participação na gestão do orçamento público, explicou que as entidades precisam estar presente nos debates, justificou que são nesses momentos que devem apresentar suas necessidades orçamentárias, reforçou a importância das audiências públicas, frisou que são nelas que se buscam melhorias na gestão financeira em prol da população. Logo após, o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Secretário Gilmar, onde em Mesa, frisou a importância do entendimento do ciclo orçamentário, citou algumas reivindicações legítimas por parte da população nas cidades onde a comissão de orçamento passou, lembrou que o orçamento público deve ser gerido para todos, porém, advertiu que a demanda se torna muito elevada em face ao princípio do equilíbrio financeiro, o qual reforçou ser o pilar da administração pública e deve ser respeitado em qualquer governo. Na sequência, o Sr. Presidente passou a palavra para a Sra. Suana Melo, Vice – Presidente da Associação dos Policiais Cíveis, onde em tribuna, saudou a todos, citou as dificuldades enfrentadas pela categoria, comentou sobre a necessidade de uma reestruturação em alguns segmentos no Estado, exemplificou a segurança pública, mencionou que precisa reforçar o efetivo das polícias, além da melhoria no salário dos servidores públicos em geral, explicou que a categoria está sem reajuste real durante anos, explicou que

a data base precisa ser respeitada, lamentou as perdas salariais sofridas em muitos servidores que estão com tempo hábil de aposentadoria. Dando seguimento, o Sr. Presidente passou a palavra para a Sra. Isabel Nóbrega, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, o Sr. Desembargador Dr. João Benedito. Em tribuna, iniciou saudando a todos, reforçou a importância do debate para a construção democrática do orçamento público, teceu elogios para atuação do trabalho da equipe que integra a gestão do executivo, explanou que o controle e equilíbrio fiscal devem ser mantidos de maneira responsável, os quais mencionou que vem sendo praticados pelo atual governo, frisou que o Estado vem tendo bom desenvolvimento econômico, portanto, destacou que houve crescimento na receita líquida estadual, pediu apelo para que esta receita seja compartilhada com os poderes, evitando assim a disparidade sofrida por muitas entidades públicas no quesito financeiro. Em seguida o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Dr. Luzemar Martins, onde em tribuna, saudou a todos, falou do trabalho da equipe financeira do executivo em proporcionar um orçamento democrático e transparente, justificou que o orçamento é de todos e a população deve ter conhecimento da prestação de contas e serviços do Estado, mencionou que as audiências públicas se tornam o espaço ideal para o conhecimento das reivindicações, pediu atenção dos parlamentares no tocante ao recebimento das emendas, assim como os devidos prazos. Logo após, o Sr. Presidente passou a palavra para o Deputado George Moraes, onde em tribuna, saudou a todos, falou da alta responsabilidade em gerir o orçamento público, explicou que são bilhões de reais que devem ser distribuídos de forma justa e proporcional para todo o Estado, respeitando sempre o equilíbrio e controle fiscal, falou das perdas inflacionárias nos últimos anos, frisou a necessidade dos reajustes para as entidades públicas com o objetivo de serem capaz de seguirem o crescimento do Estado. Dando seguimento, o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Secretário Gilmar Martins, onde em Mesa, citou alguns reajustes feitos para os poderes baseados no IPCA, mencionou que o executivo tem, dentro do controle fiscal, mantido repasses e duodécimos de acordo com a inflação, justificou serem reajustes feitos com valores positivos em relação às perdas inflacionárias, falou de alguns parâmetros que devem ser considerados para base de cálculo para receita corrente líquida do Estado, lembrou das perdas nas arrecadações na pandemia,

porém, explicou que o governo manteve os repasses dos poderes no mesmo patamar, honrando também todo o pagamento da folha de pessoal e em dia. Na sequência, o Deputado Jutay Meneses precisou se ausentar da sessão, passando a presidência dos trabalhos para o Deputado Luciano Cartaxo. Ato contínuo, o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. Gilberto Rodrigues, onde em tribuna, saudou a todos, defendeu a autonomia financeira das entidades públicas, mencionou que todas precisam de orçamento suficiente para proferir suas políticas internas necessárias, além de suas funções efetivas constitucionais, falou da necessidade da valorização dos servidores em geral, lamentou as perdas salariais que a categoria vem sofrendo durante os últimos anos, frisou que a inflação vem consumindo todo o poder de compra, inferiorizando a condição salarial dos servidores estaduais, pediu justiça na distribuição das arrecadações do executivo, lembrou que o orçamento vem crescendo a cada ano, portanto, explanou que as entidades públicas devem participar de maneira justa neste crescimento orçamentário. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra para o Sr. João Ramalho, Presidente do Sindicato do Poder Judiciário, onde em tribuna, saudou a todos, reforçou a importância do debate para buscar melhorias financeiras para a população em geral, frisou a necessidade da transparência e zelo com o orçamento público, explanou que os servidores merecem valorização e respeito, lamentou o descumprimento da data base que vem acontecendo nos últimos anos, explicou que o excesso e crescimento nas arrecadações devem ser divididas de forma proporcional e justa para os poderes e entidades públicas. O Presidente concedeu a palavra ao Senhor Gustavo Terto, diretor do SINTESPB, que cumprimentou todos os presentes, afirmou que a UEPB tem contribuído com a Paraíba, que foi realizado estudo pela universidade de São Paulo sobre o retorno das universidades para a sociedade, que tem ocorrido avanços com o Governo do Estado, que nos investimentos da UEPB é preciso incluir os servidores, que os servidores e alunos ajudam a movimentar a economia, e que é preciso promover a defesa dos salários, universidade e Paraíba. O Deputado Jutay Meneses reassumiu a Presidência, registrou a presença do Vereador Bispo José Luiz, e concedeu a palavra ao Senhor José Cláudio Fidelis do SINTESPB, que cumprimentou todos, agradeceu o Secretário o Gilmar Martins por receber o sindicato para discutir concurso público, afirmou que representa empresa que trabalha com agricultura familiar, que

é filho e neto de agricultor familiar e sabe a diferença de quem recebe assistência técnica, que a agricultura familiar do estado representa grande parcela da população rural e produz quase quarenta e oito por cento dos estabelecimentos agropecuários do Estado, que quarenta e seis por cento dos agricultores familiares do Brasil I estão no Nordeste, e que falar de agricultura familiar é falar de Nordeste. Falou que a Paraíba é o Estado do Nordeste que proporciona a maior orientação técnica para os agricultores familiares, atingindo apenas dezessete por cento, que o serviço é essencial para o homem do campo e para a Paraíba, e defendeu a ampliação de recursos para atender outras famílias. O Secretário Gilmar Martins afirmou que em relação a fala do Magistrado Gilberto o orçamento é único e precisa atender toda a população, que em relação a prestação de serviços a necessidade é para todos os poderes, que é competência do Poder Executivo promover saúde, educação, agricultura familiar, entre outros. Informou que o orçamento do executivo não é ajustado pelo IPCA, que são descontados todas as despesas obrigatórias como os duodécimos e após isso o que sobra é investido em outras atividades, que muitas pessoas ainda solicitam o acesso a água potável, que a LDO prevê que a despesa com pessoal deve respeitar limite da lei de responsabilidade fiscal. Falou que no processo de diálogo com a sociedade, a primeira diretriz aprovada foi educação, seguido por agricultura familiar, que a EMPAER é uma empresa estatal dependente, pelo fato de ter aporte financeiro para pagamento de pessoal, mais que pode se tornar independente. O Presidente concedeu a palavra ao Senhor Elber Tavares, que cumprimentou todos os presentes, afirmou que o Secretário Gilmar Martins tem mantido diálogo com a UEPB, que a LDO é um espaço de aprimoramento das políticas públicas, que observa duas grandes oportunidades do Estado em relação a UEPB. Falou que se precisa resolver o problema histórico da UEPB que se referem as progressos funcionais, e que precisa garantir autonomia orçamentaria da UEPB. Disse que a UEPB tem tido decréscimo orçamentário, que precisa ter acréscimo na política institucional e que a universidade não tem conseguido manter suas funções. O Senhor José Sérgio da Cunha, Coordenador Geral do SINTESPB cumprimentou todos, falou que as progressões estão paralisadas, que os servidores possuem direito, que existe lei que não está sendo respeitada, que a universidade precisa ter investimento, que a população está sendo contemplada na universidade,

que sem educação e universidade o país está fadado ao fracasso, que não existem profissionais sem as universidades e que é necessário respeitar os trabalhadores. A Senhora Quélina Rocha, Presidente do Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais da Paraíba cumprimentou todos, afirmou que as categorias possuem as atribuições e autonomia, que são pagos salários baixos pelo Estado, que o Estado possui poucos profissionais, que existe desvalorização dos profissionais fisioterapeutas e que a PB saúde paga salário mensal de um mil e quinhentos reais. Questionou como será ofertado assistência de qualidade. Disse que o Estado da Paraíba não pode dizer oferece serviço de qualidade na área de fisioterapia, que é pago insalubridade no valor de quarenta reais, que nas redes de assistência existe grande problema no tempo de espera, que não existe serviço de triagem, que por conta da falta de acesso aos serviços de reabilitação diversas pessoas continuam dependentes do INSS. O Secretário Gilmar Martins afirmou que as progressões da UEPB têm ocorrido, e a grande questão são os retroativos, que em relação a autonomia o Governo João Azevedo tem observado a legislação, que os investimentos o Governo do Estado destinou recursos para as pesquisas, que em relação aos fisioterapeutas tomou conhecimento das demandas nesta sessão, que o sindicato precisa também manter diálogo com o Secretário de Saúde e que vai buscar dialogar com o Secretaria de Saúde do Estado. O Presidente agradeceu ao Secretário Gilmar Martins pela presença nas audiências, a todas as autoridades e a todos os presentes, aos funcionários da Câmara Municipal de João Pessoa. Falou que o grande debate é que o IPCA não está sendo favorável, mais que precisa procurar o meio termo para criar planejamento, que a sociedade possa receber de forma justa e que os poderes não sabem o valor que irão receber nos anos seguintes. Declarou encerrada a presente reunião. Lavrando a presente Ata, os Redatores Karla Georgea Castro Silva, Frederico Bezerra dos Santos e Paulo Fernando da Silva, Assistente Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. João Pessoa, 26 de maio de 2023.


Deputado Jutay Meneses

Presidente